

REGULAMENTO DE SONDAAGEM DE MERCADO

Patrocínios para Grandes Eventos

O Município de São Paulo, por meio da Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias – SEDP, com apoio da São Paulo Negócios – SP Negócios e da São Paulo Parcerias S.A – SP Parcerias, institui procedimento de consulta ao mercado, com o objetivo de fortalecer o diálogo entre o poder público e a iniciativa privada e alinhar interesses para a implementação do projeto de **Patrocínios para Grandes Eventos**, que consiste na estruturação de patrocínios para os eventos de grande porte realizados pela Prefeitura de São Paulo – como, por exemplo, mas não apenas, o Aniversário da Cidade, Virada Cultural, Virada Esportiva, Natal e Ano Novo.

O procedimento tem por finalidade criar um espaço estruturado para que operadores, investidores, fundos, financiadores e demais interessados qualificados contribuam para a discussão e o aprimoramento de projetos de parcerias entre o Município e a iniciativa privada.

Serão realizadas rodadas de reuniões individuais, virtuais ou presenciais, voltadas à coleta de informações sobre aspectos relevantes à estruturação e modelagem dos projetos, tais como: principais riscos, barreiras à entrada, fatores críticos à financiabilidade, restrições regulatórias, inovações e alternativas técnicas. Esses insumos serão utilizados para avaliar a viabilidade dos empreendimentos, bem como a capacidade e maturidade do setor envolvido.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A Administração Pública Municipal, por intermédio da Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias – SEDP, estabelece o presente Regulamento para disciplinar a realização de reuniões de sondagem de mercado (*market sounding*), presenciais ou virtuais, relativas a projetos de parcerias com o setor privado.

1.2. Os temas abordados nas reuniões de sondagem de mercado se limitarão aos seguintes aspectos:

- (i)** Vantagens, limitações e interesses mercadológicos em relação à exploração econômica de receitas acessórias por meio da construção de empreendimentos associados nas lajes dos reservatórios de água pluvial, em um cenário de Parceria Público-Privada na forma da Lei Federal nº 11.079/2004 e Leis Municipais nº 14.517/2007 e 16.703/2017;
- (ii)** Vantagens, limitações e interesses mercadológicos na celebração de contrato de eficiência para a requalificação, operação, manutenção e conservação dos reservatórios de água, conforme regime jurídico estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022.

1.3. As reuniões de sondagem de mercado têm como objetivos:

- (i)** promover a integridade e a transparência do procedimento, assegurando publicidade às informações veiculadas;
- (ii)** garantir tratamento isonômico aos participantes;
- (iii)** alinhar interesses entre o poder público, a iniciativa privada e potenciais financiadores, de forma a assegurar a qualidade e a vantajosidade das propostas em eventual licitação;
- (iv)** ampliar a competitividade do futuro processo licitatório, incentivando a diversidade de perfis dos licitantes e adequando as exigências às características do setor e do projeto.

1.4. As informações trocadas durante as reuniões terão grau de aprofundamento compatível com o estágio de maturidade do projeto, podendo:

- (i)** Em fase inicial, ter como objetivo:
 - a) avaliar o interesse do mercado, considerando o modelo preliminar proposto, os riscos envolvidos e sua atratividade econômico-financeira;
 - b) compreender expectativas, preocupações e eventuais restrições apontadas pelos potenciais interessados;

- c) identificar entraves legais, regulatórios, financeiros ou operacionais que possam comprometer a viabilidade ou financiabilidade dos projetos;
 - d) colher sugestões sobre soluções técnicas, inovações e boas práticas operacionais aplicáveis ao objeto do projeto.
- (ii) Em fase avançada, buscar:
- a) esclarecer dúvidas técnicas, jurídicas ou econômico-financeiras relevantes;
 - b) incentivar a realização de análises, levantamentos ou estudos por parte dos interessados, que possam subsidiar e aprimorar a modelagem do projeto;
 - c) verificar a viabilidade de financiamento privado, eventuais necessidades de garantias públicas ou subsídios, e o interesse de bancos e instituições financeiras.

2. DATA, HORÁRIO E FORMATOS

2.1. O procedimento de Sondagem de Mercado ocorrerá entre os dias 20 de janeiro de 2026 e 20 de fevereiro de 2026.

2.1.1. A duração do procedimento de Sondagem de Mercado poderá ser prorrogada mediante publicação no Diário Oficial do Município e no site: https://prefeitura.sp.gov.br/web/desestatizacao_projetos/projetos_de_de_sestatizacao.

2.2. O procedimento será realizado por meio de Reuniões Individuais.

3. REGRAS DE CONDUTA, DECORO E PERTINÊNCIA NAS REUNIÕES

3.1. Para garantir a integridade, a ordem e a efetividade das reuniões de sondagem de mercado, os participantes deverão observar as seguintes diretrizes de conduta:

- (i) Conduta aceitável:
 - a) Respeito mútuo entre os participantes e moderadores;

- b) Comunicação clara, objetiva e colaborativa; e
 - c) Cumprimento das orientações da equipe de moderação.
 - (ii)** Conduta inaceitável:
 - a) Linguagem ofensiva, agressiva ou discriminatória;
 - b) Ataques pessoais, intimidação ou qualquer forma de assédio; e
 - c) Tentativas de manipulação ou favorecimento indevido.
 - (iii)** Decoror:
 - a) Postura profissional e respeitosa durante toda a reunião;
 - b) Uso adequado dos canais de comunicação; e
 - c) Evitar interrupções indevidas ou comportamentos que prejudiquem o andamento da reunião.
 - (iv)** Pertinência:
 - a) As contribuições devem estar diretamente relacionadas ao projeto em discussão.
- 3.1.1.** Comentários ou perguntas fora do escopo poderão ser desconsiderados pela moderação;
- 3.1.2.** A moderação poderá intervir para manter o foco e a objetividade da reunião.

4. AGENDAMENTO DE REUNIÕES INDIVIDUAIS

- 4.1.** A solicitação de agendamento de Reunião Individual deverá ser encaminhada com assunto “Sondagem Patrocínios – Reunião Individual” ao endereço eletrônico investimentos@spnegocios.com, com indicação da pauta que será objeto da reunião e a preferência por reunião presencial ou virtual.
- 4.2.** Cada reunião:
- (i)** terá duração máxima de 1 (uma) hora;
 - (ii)** permitirá a participação de, no máximo, 5 (cinco) representantes por interessado ou grupo de interessados.
- 4.3.** A confirmação do agendamento será enviada ao e-mail informado pelo interessado no momento da solicitação.

- 4.4.** As reuniões poderão ser realizadas de forma preferencial na sede da SP Parcerias, na R. Líbero Badaró, nº 293, Centro, São Paulo – SP, ou virtual, pela plataforma Zoom.
- 4.5.** Não serão realizadas reuniões sem prévio agendamento.
- 4.6.** As reuniões individuais serão registradas em ata, de acesso restrito, a ser confeccionada pela SP Negócios e disponibilizada unicamente aos participantes da reunião.
- 4.7.** As atas das reuniões individuais deverão registrar:
- (i)** Data e formato da reunião;
 - (ii)** Horário de início e término;
 - (iii)** Nome do(s) participante(s);
 - (iv)** Nome da instituição (pessoa jurídica) a qual se vincula(m);
 - (v)** E-mail do(s) participante(s); e
 - (vi)** Telefone para contato.
- 4.8.** O agendamento regulado por este documento não impede a Administração Municipal de adotar outros modelos de consulta ao mercado, nacional ou internacionalmente.

5. CONDUÇÃO DAS REUNIÕES

- 5.1.** A condução das reuniões caberá à SEDP, com apoio da SP Negócios e da São Paulo Parcerias, entidade municipal responsável pelo projeto.
- 5.2.** A SEDP poderá convidar para as reuniões outros agentes públicos cuja participação seja relevante para a discussão.
- 5.3.** Nas reuniões somente serão apresentados e discutidos conteúdos gerados a partir de informações de caráter público.
- 5.4.** Todas as informações compartilhadas pelos participantes das reuniões individuais às entidades representantes do Poder Público terão caráter sigiloso e não serão disponibilizadas ao público geral.

5.5. A dinâmica das reuniões e os conteúdos apresentados pela Administração Municipal, incluindo eventuais informações, posicionamentos ou esclarecimentos, não terão caráter vinculante e não substituirão, complementarão ou alterarão disposições previstas nos documentos licitatórios.

6. GESTÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

6.1. Os interessados em participar das reuniões de sondagem de mercado deverão declarar previamente a existência de quaisquer situações que possam configurar conflito de interesse, incluindo, mas não se limitando a:

- (i)** Vínculos com agentes públicos envolvidos na condução do processo; e
- (ii)** Representação simultânea de mais de uma empresa interessada no mesmo projeto.

6.2. A declaração deverá ser encaminhada juntamente com o pedido de agendamento da reunião individual e será avaliada pela SEDP, pela São Paulo Negócios – SP Negócios e pela São Paulo Parcerias S.A., com o objetivo de assegurar a imparcialidade, integridade e transparência do processo.

6.3. A omissão de informações relevantes poderá ensejar a exclusão do participante do procedimento de sondagem, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis pela Administração Pública.

7. INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS INTERESSADOS

7.1. Toda informação disponibilizada pelo interessado à Administração Municipal durante as reuniões implicará anuência para seu uso na estruturação do projeto.

7.2. O uso das informações referidas no item anterior não gerará direito a qualquer forma de indenização, ressarcimento ou compensação por parte da Administração Municipal ou de futuros parceiros privados.

7.3. A participação nas reuniões, bem como a utilização das informações obtidas, não será considerada para fins de pré-qualificação ou habilitação no processo licitatório.

7.4. As informações compartilhadas pelos participantes serão tratadas conforme os princípios da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), observando-se que:

- (i)** Informações públicas são aquelas que não envolvem dados protegidos por sigilo legal e que dizem respeito à estruturação de projetos, aspectos técnicos, financeiros e regulatórios.
- (ii)** Informações sigilosas são aquelas que, por sua natureza, possam comprometer a segurança institucional, a confidencialidade de estratégias empresariais ou a privacidade dos participantes, sendo protegidas conforme os critérios de classificação previstos na Lei de Acesso à Informação.

7.4.1. A Administração Pública poderá disponibilizar versões anonimizadas ou extratos das informações públicas, quando pertinente, assegurando a transparência sem prejuízo à confidencialidade.